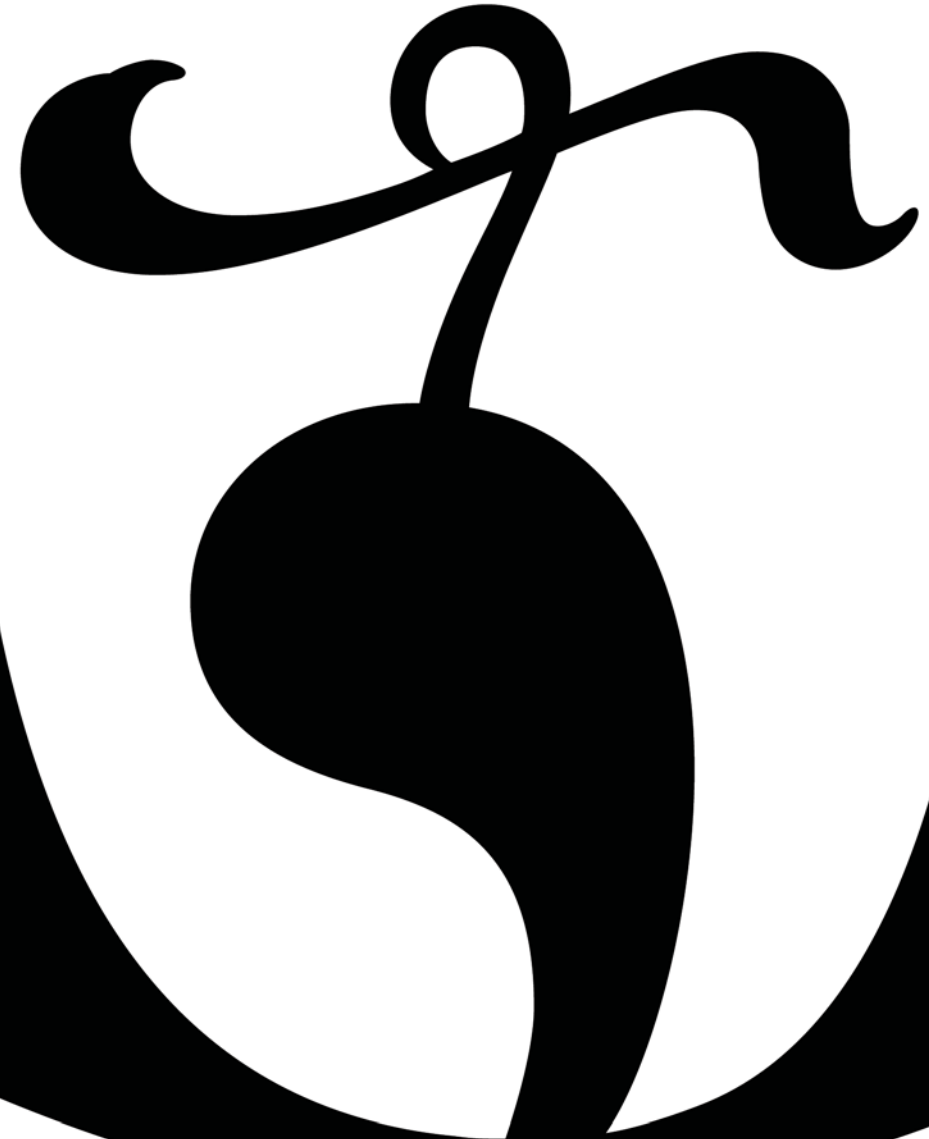


www.ordemdosarquitectos.pt
www.oasrs.org
www.oasrn.org

ANO XIV Nº 162

JULHO 2006

ARQUITECTOS



A SUL

OBRA ABERTA

No dia 20 de Maio, o Arquitecto Raul Hestnes Ferreira conduziu uma visita à Biblioteca Municipal Bento Jesus Caraça e ao Tribunal Judicial da Moita.



Maria Moita

BAIXA DEPOIS DA BAIXA

No dia 3 de Junho o Arquitecto Gonçalo Byrne guiou uma visita à Baixa sob o tema "As transformações ocultas da Baixa".



Maria Moita

SEMINÁRIO E 'WORKSHOP' IDENTIDADE E EXPANSÃO

Tendo como cenário a vila de Mértola, a SRSul promove um evento sobre o tema «Identidade e Expansão», a acontecer na última semana do mês de Setembro.

A iniciativa será composta por um ciclo de Conferências e por um Workshop.

Seminário – 22 e 23 de Setembro
Workshop – 24 de Setembro a 1 de Outubro

Silvia Leiria Viegas
Tel. 213 241 177

formacaocontinua@oasrs.org

CONCURSO PÚBLICO DE IDEIAS ARRANJO E ORDENAMENTO DA FRENTE DE MAR DE ALBUFEIRA, SALGADOS/ GALÉ

Promotor Direcção Regional da Economia do Algarve
Calendário

Fornecimento do Processo do Concurso até 19 de Setembro
Arq. Carlos Abrantes/Dra Helena Rocha
Tel. 213 241 164. concursos@oasrs.org
JULHO 2006

A NORTE

CIDADE E DEMOCRACIA 30 ANOS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA EM PORTUGAL

Realizou-se no passado dia 9 de Junho, pelas 17h30, na Sala de Actos Académicos da Reitoria da Universidade de Aveiro, a apresentação pública do livro "Cidade e Democracia: 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal". Na sessão de lançamento, apresentada pelo Arq. Nuno Portas, estiveram presentes o Vice-reitor da Universidade de Aveiro, Manuel Assunção, o Secretário de Estado do Ordenamento do Território das Cidades, João Ferrão, o coordenador científico do livro, Álvaro Domingues, o editor, Arq. Filipe Jorge, o Administrador da Fundação da Juventude, Carlos Abrunhosa de Brito e o Presidente da OA-SRN, Arq. João Pedro Seródio.

A edição bilingue do livro (português e espanhol) constitui o culminar do projecto, que radica no programa nacional para jovens finalistas e licenciados em arquitectura "Cidade e Democracia", iniciado em 2000 pela direcção do Arq. Carlos Guimarães. Realizado a partir dos trabalhos de investigação dos bolsiros, inclui ainda fotografia aérea de Filipe Jorge, gráficos estatísticos cedidos pelo INE, e cartas analíticas e comparativas inéditas das 24 cidades, expressamente preparadas para esta publicação. Completam a obra uma série de contributos multidisciplinares, por diferentes autores.

Este trabalho foi promovido em parceria com a Fundação da Juventude, uma associação privada que realiza iniciativas de apoio a jovens, com a OA-SRN.

O livro contou ainda com mais três apresentações públicas que decorreram na Feira do Livro do Porto (9 de Junho, pelas 21h30), na Feira do Livro de Lisboa (11 de Junho, pelas 21h30) e no Claustro do Convento da Graça, em Torres Vedras (12 de Junho, pelas 15h00).



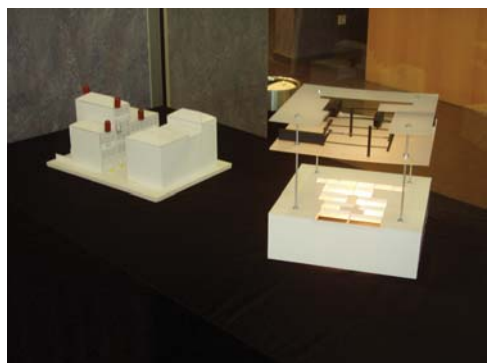
Arquivo OA-SRN

PROJECTO ACESSÍVEL É PROJECTAR SEM BARREIRAS

No passado dia 30 de Maio decorreu o Simpósio "Projecto Acessível é Projectar sem Barreiras", realizado pela Câmara Municipal de Vila Real com o apoio e a participação da OA-SRN.

No encontro, o CDRN-OA esteve representado pelo colega João Paulo Loureiro referindo a política e intervenção da Ordem dos Arquitectos relativamente ao tema Acessibilidades, e apresentando o Prémio Mobilidade recentemente organizado pela Ordem e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. A SRN fez-se representar também pela colega Susana Machado que abordou o tema "A CIDADE PLANEADA PARA TODOS", incidindo sobre as diferentes incapacidades e as barreiras que lhes estão associadas, os diferentes problemas presentes nas nossas cidades em matéria da acessibilidade e o papel do arquitecto enquanto urbanista/projectista na integração de todos os cidadãos na sociedade. O Simpósio resultou num momento enriquecedor com apresentações muito diversificadas de estudos em diferentes domínios por representantes de diferentes entidades. Destacamos a apresentação do representante da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, sobre as principais orientações da nova legislação sobre a acessibilidade, aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais. Esta legislação encontra-se para promulgação do Presidente da República, pelo que se prevê para breve a publicação no Diário da República.

No final do Simpósio foi feito um especial destaque ao Prémio Mobilidade com a apresentação das soluções vencedora e menção honrosa, respectivamente apresentadas pelas colegas Alexandra Nunes e Sílvia Soares, e pelo colega Pedro Rodrigues.



Arquivo OA-SRN

INTERNACIONAL

ENCONTRO INTERNACIONAL PATRIMÓNIO MUNDIAL DE ORIGEM PORTUGUESA 27 - 29 ABRIL 2006 Universidade de Coimbra

Olhar para o papel de Portugal no mundo significa reconhecer e respeitar muito mais que oito séculos de história: significa, antes de mais, aceitar uma herança mediterrânica e, depois, aceitar percorrer os traçados terrestres e marítimos que nos levaram pelo mundo desde a Ásia, à África e às Américas. Este percurso histórico em torno do significado e influência cultural do património de origem portuguesa disperso pelo mundo e incluído na Lista de Património Mundial (LPM) da Unesco serviu de tema ao encontro internacional que decorreu de 27 a 29 de Abril de 2006 em Coimbra.

Assim, a Universidade de Coimbra, o IPPAR, a Comissão Nacional da Unesco e o ICOMOS uniram esforços na "criação de uma rede de cooperação internacional entre especialistas de todos os países com património de origem portuguesa, que permita articular diferentes modos de gestão e de valorização dos sítios classificados, aprofundar práticas de protecção e salvaguarda e, bem assim, melhorar o acesso desses países à Lista do Património Mundial, através de Listas Indicativas e Candidaturas devidamente fundamentadas". A Ordem teve oportunidade de apresentar, neste encontro, o recentemente finalizado Inquérito à Arquitectura em Portugal do século XX (IAP XX).

A Ordem considera que o património e as acções em torno da

VIENA: MEIOS PARA MELHORAR A QUALIDADE ARQUITECTÓNICA

Organizado sob a presidência austríaca da União Europeia, decorreu nos dias 8 e 9 de Junho, mais um encontro do Fórum Europeu das Políticas de Arquitectura (FEPA).

O Fórum nasceu em 1997, num encontro em Roterdão, nos Países Baixos. Deste então, o país que detém a presidência da União Europeia (UE) organiza uma conferência semestral sobre as políticas de arquitectura praticadas nos diversos Estados-membros da União. Estes encontros têm a particularidade de juntar representantes do governo, ordens profissionais e instituições culturais de todos os países da UE.

O FEPA tem-se assumido, até agora, como uma estrutura informal. Após dez anos de actividade, os países participantes no FEPA votaram, em Viena, a constituição de uma associação internacional com o mesmo nome, sediada em Bruxelas, para garantir um contacto permanente com as instituições comunitárias.

sua valorização cultural e económica podem e devem servir como motor de desenvolvimento e de equidade: que potencia as comunidades e os agentes locais, e que une os povos em torno de uma cultura e identidade que transcendem as suas barreiras geográficas e os projectam no mundo.

No âmbito das suas responsabilidades e possibilidades, a Ordem pretende colaborar e continuar as acções de inventariação e classificação de uma das categorias de património menos classificadas, nomeadamente nos territórios lusófonos. Se, por um lado, o facto de não haver distância histórica leva ao não reconhecimento da arquitectura do século XX como valor patrimonial, o seu carácter de uso corrente torna urgente a sua valorização e intervenção.

A Ordem tem vindo a lutar pela consciência cívica do direito ao desenvolvimento urbano sustentado e à arquitectura, constituindo-se este como um dos mais fundamentais deveres do exercício profissional dos arquitectos e, necessariamente, uma clara expressão da cultura dos povos, infelizmente frequentemente secundarizada em países em vias de desenvolvimento. O reconhecimento da importância do património arquitectónico do século XX e XXI significa, portanto, contribuir directamente para a melhoria das condições do seu uso, através de acções de restauro, conservação, recuperação ou adaptação. Forçosamente a inventariação e valorização cultural deste património mais recente introduz um desenvolvimento económico que pode potenciar um desenvolvimento local durável, seja através das acções com as populações, seja por acção do turismo.

Sendo a arquitectura do século XX uma das categorias menos representadas na LPM e existindo ainda países lusófonos sem representação na Lista, é da maior importância o apoio à inventariação

Os últimos pormenores relativos aos estatutos desta nova associação, incluindo o ajustamento das disposições estatutárias e a fixação das quotas das várias organizações, serão fixados no próximo encontro em Helsínquia.

Em relação ao figurino do encontro as sessões da tarde do primeiro dia estiveram focadas nos procedimentos de contratação dos serviços do arquitecto, defendendo-se que os concursos públicos de arquitectura são o modo mais seguro para garantir a qualidade arquitectónica.

A Áustria preparou o conteúdo do encontro com um inquérito distribuído a todos os países da UE, pedindo amostras de edifícios com elevada qualidade arquitectónica, que reflectissem os procedimentos de adjudicação de contractos de arquitectura. A OA respondeu ao inquérito com três exemplos de edifícios, reconhecidos pela sua qualidade arquitectónica, mas com diferentes tipos de procedimento contratual: adjudicação directa, concurso por convites e concurso público.

No segundo dia, houve uma apresentação dos inquéritos recebidos pela organização, tendo sido apresentados cinco exemplos de edifícios com procedimentos contratuais interessantes no quadro dos países da UE. Na

classificação dos elementos arquitectónicos e ou urbanísticos mais representativos de cada país, potenciando o surgimento, individualmente ou em grupo, de candidaturas representativas e passíveis de serem candidatas à LPM. A subrepresentatividade de categorias e/ou países, bem como o surgimento de candidaturas mixtas e/ou conjuntas entre vários países, potencia a avaliação das candidaturas e a mais fácil inclusão de sítios ou monumentos na LPM. A Ordem mostrou-se disponível para cooperar na concretização destes objectivos, que para além duma visão estrita de desenvolvimento local e humano, são essenciais a uma compreensão mais vasta da arquitectura nacional que se estendeu a outros territórios. Este encontro internacional pretendeu ser apenas o primeiro passo de um mais vasto conjunto de acções com o objectivo da "criação de uma rede de mútua colaboração, que congregue entidades de diversa natureza dos diferentes países, baseando-se em modelos de cooperação já consolidados e tendo em consideração a responsabilidade das entidades governamentais com competência em matéria de património".

Espera-se que em 2007 se realize o segundo encontro internacional do Património Mundial de Origem Portuguesa e que um dos projectos a desenvolver, baseado no IAP XX e adaptado a cada um dos países lusófonos, se traduza na criação de uma rede integrada de inventariação e classificação do património arquitectónico lusófono do século XX.

Como diria Fernando Távora, "...Olhar não é fácil, só vemos o que conhecemos, o que adjetivamos..."

PEDRO GUILHERME



sessão da tarde, definiram-se quatro grupos de trabalho com os seguintes temas: (1) concursos de arquitectura, (2) suporte para recém-licenciados, (3) parcerias público-privadas e (4) influência de interesses nacionais nos governos locais.

Por fim, foram apresentadas as conclusões dos grupos de trabalho e a conferência foi encerrada pelo Director do Centro de Arquitectura de Viena, local onde decorreu o encontro.

A Viena segue-se o encontro a organizar pela presidência finlandesa, com o tema "Celebrar a Vida Quotidiana" (Helsínquia, 19-21 Out. 2006). No próximo ano será a vez da presidência alemã desenvolver o tema "A Cultura da Construção na Europa" (Hamburgo, Maio 2007), ao qual se segue o encontro a realizar em Portugal no segundo semestre de 2007 (local, data e tema a definir).

JOÃO FERREIRA BENTO

O programa e as actas do encontro, bem como as respostas ao inquérito referido neste artigo, podem ser consultados em: www.architecture-forum.net.



Leopold Museum, Ortner & Ortner, Viena

João Bento

PARECERES

RCCTE: QUALIFICAÇÕES ESPECÍFICAS MÍNIMAS DO RESPONSÁVEL DO PROJECTO

A OA aprovou na 23.ª reunião plenária do CDN, em 20 de Junho, o parecer que a seguir se publica na integra relativo à Proposta de protocolo de definição das qualificações específicas mínimas para o exercício das funções técnicas previstas no Regulamento dos Sistemas de Climatização em Edifícios (RSECE) e no Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE), no que respeita à actividade de “Responsável pelo Projecto e sua Execução” (art.º 24º do DL 79/2006 e art.º 13º do DL 80/2006, de 4 de Abril) e “Perito Qualificado” no âmbito do SCE - Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar interior nos Edifícios (art.º 7º do DL 78/2006, de 4 de Abril), cujo primeiro outorgantes são a Direcção Geral de Energia, o Instituto do Ambiente e o Conselho Superior das Obras Públicas e Transportes, na qualidade de representantes do Estado e o segundo outorgantes a Ordem dos Arquitectos, Ordem dos Engenheiros e Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, na qualidade de representantes dos profissionais qualificados.

Se a consciência da importância da sustentabilidade e eficiência energética é já um dado adquirido entre os membros da OA, como se comprova quer pelo interesse que os Seminários dedicados a estas temáticas já organizados no corrente ano, a legislação publicada em 4 de Abril (Decretos-Lei n.º 78/2006, 79/2006, 80/2006) que estabelece as exigências a respeitar e o âmbito das responsabilidades dos profissionais transforma estas matérias numa obrigatoriedade da indústria da construção, que os outros interveniente – promotores, empreiteiros, fiscalização, etc – terão de respeitar, constituindo por si só um argumento para a melhoria da qualidade da construção. Mas ao mesmo tempo, aumenta a responsabilidade e amplia-se o âmbito da actuação do Arquitecto, que pela sua formação de base está melhor que ninguém – mas ainda assim poderá melhorar e atualizar em acções de formação a ser delineadas – apto para assumir o “Projecto e sua execução”, ou ainda após formação especializada ser “Perito Qualificado no Sistema Nacional de Certificação Energética”, conforme explicitamos no parecer que convidamos a ler atentamente.

1. Considerações prévias

1.1 Queremos chamar a atenção para o facto de, mais uma vez, se desenvolver uma regulamentação específica, neste caso para obras de pequena dimensão e de habitação (que é o objecto maioritário do RCCTE – Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios), sem haver qualquer tratamento dos aspectos funcionais como um todo multidisciplinar, prejudicando a efectiva e responsável implementação de estratégias integradoras de optimização energético/funcional. A concepção de um edifício deve ser global e coerente, ou seja, não se pode encarar como aceitável que um edifício tenha um desempenho higrotérmico muito favorável (cumpra o RCCTE), mas, simultaneamente, tenha problemas acústicos ou falta de iluminação natural. A obtenção de ganhos solares directos, por exemplo, é na

maior parte dos casos incompatível com a qualidade da iluminação interior e com a não degradação dos revestimentos e mobiliário, já para não referir os aspectos de assimetrias de radiação que impedem o próprio conforto térmico dos ocupantes.

1.2 Assim, o actual quadro legislativo continua disperso e mesmo contraditório, com regulamentos mutuamente interferentes e, nalguns casos, praticamente incompatíveis. Tal facto é patente, por exemplo, nas questões funcionais, no desempenho higrotérmico e acústico e na iluminação natural, que nem sequer é regulamentada. O cumprimento efectivo das especificações e exigências de projecto destes aspectos acabará por ser relegado para segundo plano, face a um RCCTE que impõe um grau de exigência e de obrigatoriedade superiores. Isto não aconteceria caso houvesse uma estratégia concertada.

1.3 Não pomos em causa a fundamentação técnica deste Regulamento à luz das necessidades de eficiência energética no sector da construção. Mas ele é claramente insuficiente para garantir a concepção integrada dos edifícios, a qual deveria ser plasmada num Código da Construção, que reunisse todas as disposições legais e regulamentares a observar pelos técnicos responsáveis dos projectos de obras e sua execução, como previsto no art. 123º do decreto-lei nº 555/99, de 16 de Dezembro e como tem sido feito noutros países da União Europeia, nomeadamente em Espanha.

1.4 As questões da sustentabilidade, a nosso ver, passam ainda, não apenas pela optimização dos aspectos funcionais referidos anteriormente, mas também pela avaliação da energia incorporada dos materiais, da durabilidade dos componentes do edifício, em suma, de soluções energeticamente optimizadas, que muitas vezes não se esgotam na estrita verificação dos regulamentos existentes.

1.5 Salientamos ainda que o actual processo de licenciamento de edifícios exige vários termos de responsabilidade dos autores dos projectos, mas não dos técnicos que os analisam, cuja credibilidade deveria ser assegurada por igual, pelo que seria útil a criação de mecanismos que garantissem o cumprimento e a responsabilização em igualdade de circunstâncias.

2. Antecedentes

2.1 A proposta de protocolo foi apresentada à Ordem dos Arquitectos pelos Primeiros Outorgantes em 30 de Maio. Foi-nos pedido que nos pronunciássemos sobre o texto proposto, nomeadamente a sua cláusula 3ª, que tem a ver com as qualificações mínimas para o exercício da actividade de projecto no âmbito do RCCTE e que remete para o Anexo III do protocolo. Foi-nos igualmente solicitada opinião sobre as qualificações mínimas a exigir aos peritos qualificados para a aplicação do RCCTE, a que correspondem os conteúdos técnicos previstos no Anexo IV do protocolo.

2.2 Anteriormente, a OA tinha emitido parecer relativo ao projecto de decreto-lei que visava transpor a Directiva nº 2002/91/CE, relativa ao desempenho energético dos edifícios. Neste parecer, pedido com urgência pelo Secretário de Estado Adjunto da Indústria e da Inovação em 13 de Janeiro de 2006 e enviado em ofício nosso 5 dias depois, a Ordem dos Arquitectos alertava para a necessidade de “ter em consideração as especificidades de formação legalmente definidas, nomeadamente no que à

arquitectura diz respeito”.

2.3 Com efeito, a exigência específica de um “conhecimento adequado dos problemas físicos e das tecnologias, bem como da função dos edifícios, no sentido de os dotar de todos os elementos de conforto interior e de protecção climatérica” está inscrita no conjunto de matérias que devem fazer parte da formação de arquitecto, ao abrigo do artº 46º da Directiva 2005/36/CE, de 7 de Setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais. Esta Directiva retoma, aliás, no que respeita à formação de arquitecto, as matérias anteriormente incluídas no artº 3º da Directiva 85/384/CEE, de 10 de Junho, relativa ao reconhecimento mútuo das qualificações no domínio da arquitectura.

3. Conclusões

3.1 A OA considera que a revisão do RCCTE é um facto importante e o seu maior grau de exigência só pode ser considerado como favorável. Mas não pode, tal como outros regulamentos que dizem respeito aos edifícios, ser visto como um acto isolado.

3.2 Os arquitectos inscritos na Ordem dos Arquitectos são detentores de uma formação que cumpre as exigências das Directivas referidas em 2.3, estando por isso habilitados a desempenhar as actividades de projecto, integrando as exigências do RCCTE na concepção dos edifícios.

3.3 Quanto à formação específica para peritos qualificados, no âmbito do RCCTE, devem ser considerados nos respectivos módulos, previstos na cláusula 5ª, os seguintes conteúdos:

■ Metodologias de verificação e registo;

■ Processo de auditorias energéticas;

■ Avaliação de desempenho energético e qualidade do ar interior em edifícios não abrangidos pelo RCCTE.

3.4 Deve ser prevista no protocolo uma estrutura de acompanhamento do mesmo.

3.5 A ADENE deve criar um mecanismo excepcional de reconhecimento de qualificações mínimas para peritos qualificados que tenham obtido a respectiva formação adicional fora do âmbito da associação profissional em que estão inscritos (por ex: quem certifica que um arquitecto, doutorado em Engenharia na área da Eficiência Energética e com larga prática de formação nessa área, possa estar habilitado a exercer a actividade de perito de RSECE?).

OS ARQUITECTOS E O NOVO REGIME DE ARRENDAMENTO URBANO

A 6 de Fevereiro foi publicada a Lei nº 6/ 2006 que altera a o “Regime de Arrendamento Urbano” tendo a OA oportunamente participado no seu debate emitindo parecer e sido auscultada em reunião promovida para o efeito; a segunda fase do processo consiste na aprovação da regulamentação necessária à implementação da lei, tendo a OA sido novamente convidada a pronunciar-se, tendo reunido com o Secretario de Estado Adjunto da Administração Local, Dr. Eduardo Cabrita, onde alertou para a necessidade de uma mais cuidada interligação desta regulamentação com outros mecanismos legais

referentes à edificação e à gestão urbana, nomeadamente no que refere às competências dos técnicos, à integração de factores de qualidade ambiental para além dos factores construtivos na “Ficha do estado de conservação de edifícios”, questões referentes aos critérios de demolição e à intervenção em edifícios devolutos. Os arquitectos irão ser actores principais desta nova lei participando nas Comissões Arbitrais Municipais e como técnicos responsáveis pela “Avaliação do Estado de Conservação de Edifícios” que irá ser aplicada a partir de Setembro de 2006. Em articulação com a Secretaria de Estado, a OA irá organizar cursos de formação para habilitação dos interessados neste novo campo de actuação profissional.

PRÉ-INSCRIÇÃO PARA FORMAÇÃO EM DETERMINAÇÃO E VERIFICAÇÃO DO COEFICIENTE DE CONSERVAÇÃO NO AMBITO DA LEI N.º 6/2006, DE 27 DE FEVEREIRO

Em Setembro entra em vigor o novo Regime de Arrendamento Urbano que exige a fixação do nível de conservação dos imóveis locados, em todos os municípios do país, a realizar por arquitectos ou engenheiros.

Objectivo

Com vista a habilitar os arquitectos dos conhecimentos necessários – objectivos da legislação, âmbito de actuação, critérios de avaliação e procedimentos – a OA, em articulação com a Secretaria de Estado da Administração Local, irá o mais brevemente possível (Agosto ou Setembro) iniciar Acções de Formação, com vista à elaboração de lista de membros devidamente habilitados a fornecer às Comissões Arbitrais Municipais. Para esse efeito pretende-se constituir uma lista de pré-inscritos para logo que se determine o âmbito da formação entrar em contacto com os interessados e dar início aos referidos cursos.

Pré- inscrição até 25 de Agosto

Envie a ficha de pré-inscrição preenchida (disponível em www.oasrn.org/formacao_continua.php) e CV resumido (1 página máximo) por email, carta ou fax. Caso tenha Certificado de Aptidão Pedagógica (CAP) e esteja interessado em obter habilitações para ser Formador nesta matéria, envie comprovativo da sua obtenção.

Secção Regional do Norte da Ordem dos Arquitectos.

Formação Continua

Rua de D. Hugo, 5-7

4050-305 Porto

Fax 222 074 259

global@oasrn.org

ou

Secção Regional Sul da Ordem dos Arquitectos

Formação Continua

Travessa do Carvalho, 21-25

1249-003 Lisboa

Fax 213 241 170

formacaocontinua@oasrs.org

CÓDIGO DE CONTRATOS PÚBLICOS ANTE-PROJECTO EM DISCUSSÃO ATÉ 30 DE JUNHO

O período de discussão pública da redacção da primeira parte do ante-projecto do Código dos Contratos Públicos (CCP), que transpõe duas directivas comunitárias (2004/17/CE e 2004/18/CE) decorreu até 30 Junho. Além do Decreto-Lei n.º 197/99, o CCP revoga, igualmente, os decretos-lei n.º 59/99, de 2 de Março, e n.º 223/2001, de 9 de Agosto, diplomas vigentes em matéria de contratação pública. O futuro CCP pretende reunir num texto legal todas as disposições legais relativas à formação e execução dos contratos públicos, nomeadamente os concursos de concepção.

Os texto estão disponíveis em www.oasrs.org

No próximo boletim será publicado na integra o parecer da Ordem elaborado em parceria pelos Conselhos Directivos, com a participação dos respectivos serviços de concursos, prática profissional e jurídicos, à data do fecho deste boletim ainda em elaboração. Salienta-se, desde já, que o documento disponibilizado para análise pelo IMMOPI, a “Versão_10_05_2006”, não apresenta todo o articulado visto estar ainda em elaboração, sendo que se reveste da maior importância atendendo que nesses artigos se definem as regras pelas quais se irão gerir as PPP (Parcerias Público-Privadas). No curto espaço tempo disponibilizado para análise e elaboração de parecer sobre tão complexo articulado, o grupo de trabalho da Ordem constituído para o efeito definiu como metodologia de trabalho a comparação da proposta com a Directiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu de 31 de Março de 2004, utilizando não só o seu texto mas também o trabalho já desenvolvido por congéneres europeus, como o Conselho Superior de Arquitectos de Espanha, e o Conselho de Arquitectos da Europa, e a análise de alguns temas-chave de enquadramento desta lei, ou seja, em que contexto se aplica, quais os seus objectivos e quais as possíveis consequências da sua aplicação no que à arquitectura e aos arquitectos diz respeito.

Antecipando a leitura atenta do Parecer, que poderá ser efectuada em Agosto, poderemos desde já antecipar que os temas chave de enquadramento analisados foram:

■ a situação da arquitectura em Portugal, a distância existente entre o reconhecimento político institucional e a prática quotidiana; ou seja, entre a referência à definição de uma Política Nacional de Arquitectura e Paisagem, prevista no PNPOT, e a salvaguarda de uma prática qualificada existe ainda uma distância a percorrer;

■ as características da classe profissional dos arquitectos, ao mesmo tempo reconhecida internacionalmente graças a um número significativo de autores internamente pouco valorizada no seu todo, mas muito jovem e com uma ampla implantação no território nacional;

■ os concursos públicos como processo preferencial para a encomenda pública, atendendo ser o único modelo em que a busca qualidade – por todos os intervenientes – é o objectivo final, num processo de verdadeira investigação aplicada que não deve ser ensombrado pelos muito propalados critérios do melhor preço e menor prazo – dos quais, em regra, não resulta a melhor solução;

■ a encomenda por via do processo de concepção/construção, que a experiência tem vindo a revelar uma má solução atendendo que os pressupostos da sua defesa são contraditos pelos resultados final obtidos, ou seja à economia de tempo e dinheiro dá lugar à derrapagem do prazo e do valor da obra, sem salvaguarda da qualidade do produto final; facto que se prende com a não dissociação dos diversos intervenientes.

Convidando-o à reflexão em torno destas matérias, propomos como ponto de partida a leitura do JA- Jornal Arquitectos n.º 216 “Os Cavalos também se abatem”, de Julho/Agosto/Setembro 2004, dedicado aos “Concursos”; desde já abrindo o “apetite” o Editorial deste número.

11 DEFINIÇÕES INCOMPLETAS E SEM HIERARQUIA

1 Os concursos são provas que os arquitectos prestam para poderem, eventualmente, vir a ser escolhidos para determinados trabalhos.
2 Os concursos são luxos a que os promotores recorrem para escolherem a melhor solução para o(s) seu(s) problema(s).
3 Os concursos são complexas montagens de dossiers e burocracia + painéis, ilustrando a resposta dada, que saem caríssimos aos arquitectos que se dispõem a elaborá-los.
4 Os concursos são apostas subjectivas que o(s) júri(s) analisam enfatiados, preenchendo fichas com critérios “objectivos”, de modo a eliminar tudo o que lhes meta medo.
5 Os concursos são depósitos de esperança que os arquitectos cumprem sózinhos, sem diálogo com o cliente, sem nenhuma espécie de acompanhamento; paredes cegas contra as quais esbarram, equipas sem saberem que impressão, sentido, significado, lerão os júris, depois, do seu trabalho.
6 Os concursos são hierarquizações, por vezes aleatórias, das quais resultará uma equipa que virá a desenvolver um trabalho e muitas que deverão procurar trabalho noutros concursos (?)
7 Os concursos são roletas russas para as quais, agora, já não é necessário ser previamente conhecida a composição do júri, ou os seus curricula.
8 Os concursos de concepção-construção são uma invenção absurda que relativiza a qualidade do projecto, ao colocar, à cabeça das exigências, o preço definido pelo empreiteiro (que é quem escolhe e controla o “seu” arquitecto).
9 Os concursos poderão ser a melhor solução para resolver uma situação difícil à entidade promotora que se permitirá escolher, entre vários estudos, aquele que lhe servirá. Mas, não havendo lugar a pagamentos, há sempre custos, desproporcionados, para os arquitectos envolvidos.
10 Um concurso público de arquitectura não é um fornecimento ao Estado de um determinado serviço; é a elaboração (a partir do zero) de uma resposta adequada a um determinado problema.
11 Um projecto de Arquitectura é sempre único; para responder a determinado programa posto a concurso não se deveria ter de se fazer prova de já ter construído ou desenhado algo de semelhante.

MANUEL GRAÇA DIAS

ARQUITECTOS PORTUGUESES LÁ FORA

MAIS DO QUE A EXPORTAÇÃO DA ARQUITECTURA

Ser membro da União Europeia e da comunidade dos países de língua portuguesa, num país com cerca de dez milhões de habitantes e quinze mil arquitectos, é uma oportunidade profissional a considerar.

Este tema surgiu há alguns meses atrás quando a Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos publicou um desdobrável onde assinalava a obra dos arquitectos do norte de Portugal no mundo (desde concursos a obra construída), a propósito da Exposição «Descontinuidades» promovida pela Associação Empresarial do Porto. Quando tanto se fala de mobilidade na União Europeia (estudantes no âmbito do «processo de Bolonha» ou profissionais no âmbito da directiva Profissões), a abordagem deste tema pode ser mais vasta do que a demonstração do potencial de exportação da arquitectura. A reflexão que pretendemos desencadear, sem fazer uma análise ou classificação da importância do contributo de uns ou de outros, é a de que o reconhecimento da arquitectura portuguesa e do trabalho dos arquitectos portugueses tem outros protagonistas ou porta-vozes: os que estudaram fora de portas ou os que, terminadas as licenciaturas, decidiram continuar os estudos através de mestrados e doutoramentos, contactando outras realidades. Alguns, ainda, ensinando em outros contextos metodológicos e didácticos, realizando apresentações em eventos internacionais, de diversa natureza. E todos aqueles que trabalham ou trabalharam nos mais diversos países, de Timor até à vizinha Espanha. Dados e relatos dessas experiências são a matéria que apresentamos para ilustrar este tema a que todos deveríamos estar atentos, pois ser membro da União Europeia e da comunidade dos países de língua portuguesa, num país com cerca de dez milhões de habitantes e quinze mil arquitectos, é uma oportunidade profissional a considerar.

JOÃO AFONSO

«Peepbox» na oitava avenida em Calgary, Canadá. Concebida por Patrícia Miguel e João Fôja, ganhou o primeiro prémio de um concurso internacional em 2002. Rich Mackett, com preto e branco de P. Miguel e J. Fôja.



A CIDADE GLOBAL DO TRABALHO

NA TRANSCARPÁCIA, NO BRASIL, OU AQUI AO LADO, EM BARCELONA, OS ARQUITECTOS PORTUGUESES ESTUDAM, TRABALHAM, GANHAM CONCURSOS E CONSTROEM OBRAS. AS SUAS VIDAS, DE CIDADÃOS «EUROPEUS» EM TRÂNSITO PELO MUNDO, GANHARAM UMA DIMENSÃO MAIS UNIVERSALISTA

Envolvidas por uma floresta densa, as ruínas do castelo de Nevitske coroam uma montanha rochosa abrupta acima do rio Uz, na Transcarpácia, uma região no centro da Europa às portas da Hungria, Eslováquia, Polónia e Roménia. Transcarpácia é um nome um tanto remoto para a maioria dos portugueses mas soletado familiarmente por António Castel' Branco. O arquitecto, natural de Abrantes, elaborou um relatório com um programa de conservação do castelo e está a preparar outro documento para conseguir o meio milhão de euros necessário aos trabalhos da primeira fase. Célia Almeida acha que as medidas governamentais para Heliópolis têm sido um falhanço. Heliópolis (cidade do Sol) tem 120 mil habitantes e é a maior favela de São Paulo, no Brasil. Célia Almeida, 24 anos, atravessou o Atlântico até à Faculdade de Arquitectura e Urbanismo «para conhecer e perceber a diferença entre as cidades europeias e a realidade latino-americana».

ESPREITAR EM PÚBLICO

Aí apresentou uma proposta de urbanização e pôde concluir que «a favela tem de ser legitimada como solução habitacional e integrada na cidade formal». É arquitecta-estagiária e fez o trabalho no âmbito curricular. O governo brasileiro tem promovido melhoramentos na cidade do Sol (cuja imagem, apesar do nome, está antes ligada à degradação e à insegurança), mas Célia Almeida, que se centrou «no estudo do conflito entre a cidade formal e a informal», acha-os «pontuais» e sugere que serão destinados ao fracasso. A «Peepbox» parece uma gigantesca consola em forma de mão com o indicador apontado. Todos os anos é instalada no espaço público, durante o festival de Setembro de arte contemporânea, arquitectura e design de Calgary (Canadá). Com o indispensável banco público associado, transforma-se num «peep seat»: para espreitar o interior e ver uma projecção de vídeo arte, uma escultura ou uma fotografia que alguém lá pôs. «Pode gerar um encontro privado entre a pessoa e a arte num espaço público». E só por acaso é no Canadá. Onde quer que haja bancos

no espaço público, a Peepbox» pode funcionar. É uma construção de Patrícia Miguel (30 anos) e João Fôja (31), do ateliê PMKJ, que ganhou o primeiro prémio do concurso internacional «Peepshow Pavilion Design» em 2002. A presença de arquitectos portugueses no mundo, já se sabe, banalizou-se: para estudar, para ensinar ou para ganhar prémios. Nos últimos anos, começou a notar-se a obra construída por portugueses lá fora (não contando com os edifícios pertencentes ao período colonial português) e este talvez seja o dado mais relevante da «diáspora». O teatro e auditório em Poitiers, França (ainda em construção), a sede do governo da província de Vlaams-Brabant, em Lovaina, Bélgica, e a sede da Fundação Iberê Camargo, em Porto Alegre, Brasil, de João Luís Carrilho da Graça, Gonçalo Byrne e Álvaro Siza Vieira, respectivamente, são exemplos significativos.

POR TODO O MUNDO

A Ordem dos Arquitectos (OA) não tem dados fiáveis sobre a presença dos seus membros fora do país. Talvez não seja surpresa que, em Timor-Leste, uma equipa de arquitectos portugueses e engenheiros australianos tenha coordenado, a partir de 2002, os esforços de construção e recuperação de 79 escolas, integrados num projecto de emergência financiado pelo Banco Mundial. Nos últimos três anos, a OA recebeu 167 pedidos de certificados para países estrangeiros, o que atesta a presença de profissionais a trabalhar nesses locais. A esmagadora maioria dos pedidos destina-se ao exercício da arquitectura em Espanha, mas houve solicitações para o México, Emiratos Árabes Unidos, Austrália, Polónia, África do Sul ou Trindade e Tobago – estatisticamente quase irrelevantes mas talvez mais surpreendentes do que a presença em Timor. A Transcarpácia não fica tão longe quanto Trindade e Tobago, mas a história de António Castel' Branco, 42 anos, é singular. A ligação ao castelo de Nevitske, na Ucrânia – sucessivamente ocupado entre os séculos XIII e XVII – começou com um passeio turístico, em 2005. «Quando visitei o castelo, pedi

Castelo de Nevitske. António Castel' Branco viajou de Abrantes para colaborar na sua recuperação. Jornal Primeira Linha.



para falar com o responsável dos trabalhos arqueológicos que ali decorriam, Olexandr Dzembas». Ao conhecerem-se melhor, Castel' Branco interessou-se pelo projecto de revitalização e Dzembas pelos conhecimentos que o arquitecto português poderia trazer. António Castel' Branco ofereceu ajuda técnica e, em Abril de 2006, voltou à Ucrânia para um mês de trabalho intensivo que culminou na realização de um relatório sobre o estado de conservação do castelo. A Faculdade de Arquitectura de Lisboa, onde lecciona, será parceira numa colaboração que pretende agora arranjar verbas para recuperar o monumento histórico.

GANHAR MOBILIDADE

Nascido em Abrantes e licenciado na Universidade do Arizona, em 1992, António Castel' Branco diz que a Declaração de Bolonha «será decisiva para melhorar o ensino entre nós». Subscrita em 1999, a Declaração de Bolonha parte das ideias de mobilidade de alunos e docentes e da competitividade dos sistemas europeus de ensino. O documento estrutura os graus académicos em dois ciclos (graduação e pós-graduação), o primeiro com um mínimo de três anos. Desde 2002 que a formação académica de Ana Sofia Saraiva, de 26 anos, se rege por Bolonha. Viajou para a Faculdade de Arquitectura da TU Delft, na Holanda, onde permaneceu até 2005 e fez uma pós-graduação («Master of Science»). «Os estudantes dispõem de todas as condições, técnicas e pedagógicas, para desenvolverem os trabalhos e toda a comunicação se processa em inglês». Na disciplina de seminário sobre estudos de arquitectura, «é semanalmente convidado um arquitecto holandês ou estrangeiro para falar sobre a sua obra». Desde Março deste ano que trabalha com o ateliê MC Arquitectos, mas já o fez na Holanda. «Como cidadã europeia, destaco a excelente integração em equipa e a oportunidade de participar em projectos diversificados».

Formas cónicas convidam os visitantes do Museu Kunsthau, na Áustria, a reunir-se e a assistir a projecções. O projecto, de José Pedro Sousa e Marta Malé-Aleman, arrebatou o prémio internacional de design FEIDAD. Inês d'Orey/ALMAMATE.



João Costa Ribeiro

NOVA LINGUAGEM

Com a cidadania europeia já interiorizada, os testemunhos dos arquitectos valorizam profundamente as experiências «lá fora», por várias razões: «Considero-me hoje parte de uma geração que beneficiou em pleno da adesão de Portugal ao espaço económico europeu», diz José Lobo de Carvalho, que tem 34 anos. Entre 1992 e 1996, esteve onze meses na Faculdade de Arquitectura de Milão e um ano na Universidade de York (Instituto de Estudos Avançados em Arquitectura). Destaca «a excelência do curso» desta última. Catarina Clemente da Silva, 27 anos, aluna da acção Erasmus em Veneza em 2002, afirma que foi o ano em que «mais tive oportunidade de aprender em todo o meu percurso de trabalho». Francisco Silva Gonçalves, de 28 anos e ex-aluno da Universidade Lusíada do Porto, rumou ao ateliê espanhol RCR Arquitectes para fazer um estágio e diz que lhe foi proporcionada «a incrível oportunidade de experimentar um novo tipo de linguagem arquitectónica, totalmente diferente do que foi a aprendizagem na faculdade». Apesar do grande esforço «pessoal e financeiro» que a sua estadia implica, Gonçalo Castro Henriques, de 32 anos, aprecia tanto o cosmopolitismo de Barcelona, onde tira o mestrado em arquitectura e espaços efémeros, que fala de uma «eufonia», para exprimir o entrecruzar de culturas e línguas, fonte de um único, sensível e harmonioso som nas ruas da cidade. Mas que só funciona em cima de uma herança: «Há uma matriz que suporta e potencia a rua, a praça, o bairro e torna o espaço público uma fruição. A cidade tem referências de um trabalho longo e continuado do poder local, que começou em meados do século XIX». Barcelona, afirma ainda Gonçalo Castro Henriques, está «em renovação urbana permanente» e chama para ela tanto «grandes nomes da arquitectura mundial como jovens valores locais».

LUZES PARA FICAR DIFERENTE

Ser um arquitecto português com ateliê em Barcelona e entrar num concurso organizado por uma entidade de Taiwan com um projecto para um museu na Áustria define na perfeição um modo de trabalhar que pareceria desconexo, absurdo e impensável há uns anos. José Pedro Sousa e a catalã Marta Malé-Aleman venceram, recentemente, o prémio internacional de design digital FEIDAD (Far Eastern International Digital Architecture Design), com um projecto para o Museu Kunsthau, na Áustria. Para ganhar uma das mais importantes distinções no campo do projecto arquitectónico na era digital, aquela dupla suplantou mais de 120 concorrentes. O projecto vencedor é um engenhoso sistema que permite controlar a iluminação interior e alterar a visibilidade das peças em exposição no Museu, através da instalação de pequenas peças rectangulares que mudam de dimensão em cada uma das 586 luzes fluorescentes do tecto e através de seis enormes estruturas cónicas suspensas da cobertura. José Pedro Sousa, 30 anos, estudou e ensinou em Barcelona e encontrou um «tipo de educação mais aberto a diferentes abordagens criativas e à integração de novas tecnologias no ensino da arquitectura». Professor de geometria na Escola de Arquitectura da Catalunha em 2004, diz que a disciplina «surgiu do interesse em rever o programa tradicional, de forma a integrar a evidente alteração dos processos de representação tradicionais, fomentada pelos computadores». Mas é a própria academia que se organiza de forma diferente: «estimula e tira partido de uma grande mobilidade internacional de professores, tornando-se parte de uma rede de conhecimento e colaborações que, automaticamente, inscreve os alunos num contexto de debate crítico, desenvolvimento e evolução da arquitectura contemporânea». Esta opinião coincide com as de Gonçalo Byrne e Manuel Aires Mateus (ver entrevistas), que têm um vasto currículo de ensino no estrangeiro.

ANTÓNIO HENRIQUES

Nota: Para a realização deste trabalho foi pedido o envio de depoimentos, dados e imagens (de projectos). Os testemunhos podem ser lidos, na íntegra, e as imagens podem ser vistas em www.oasrs.org.

Sede do governo da província de Vlaams-Brabant, em Lovaina, Bélgica, de Gonçalo Byrne. André Nullens.



ENSINO, DIVERSIDADE NA GLOBALIZAÇÃO

GONÇALO BYRNE

No mundo de influência napoleónica (casos de Portugal, Itália e França), a instituição universitária é muito rígida, burocratizada e institucionalizada e a figura que a define é a carreira académica. Nos países anglo-saxónicos funciona o mérito.

É PROFESSOR CATEDRÁTICO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, MAS LECCIONA COMO CONVIDADO. EMBORA NADA TENHA CONTRA A CARREIRA ACADÉMICA, DIZ QUE A UNIVERSIDADE PORTUGUESA «É MUITO RÍGIDA, BUROCRATIZADA E INSTITUCIONALIZADA». O ARQUITECTO GONÇALO BYRNE AFIRMA QUE É ESSENCIAL TER A «PRÁTICA» DE PROJECTO PARA PODER ENSINÁ-LO. E QUE O CONHECIMENTO DEVE RENOVAR-SE, VIAJAR.

Começou cedo a experiência fora do país?

Desde os anos 70 que mantenho contacto com o estrangeiro. Começo a ensinar em meados dos anos 80, numa altura em que o projectista tinha um ascendente sobre o professor. Como professor, tenho duas condições prévias: só ensinar a cadeira de projecto, para a qual é essencial conhecer a sua prática, e assumir que o ensino não é uma carreira académica porque exige uma dedicação quase exclusiva e muito intensa. A prática de projecto tem de ser

muito reflexiva. Eu não ensino projecto para demonstrar teoria de projecto. Quer dizer, estamos num domínio que deve ter uma prática reflexiva, de investigação e um conteúdo experimental. Tal como fazemos aqui no ateliê [GB Arquitectos] em que os projectos são muito discutidos. «Para melhorar os projectos tudo vale», é um lema que usamos.

Tem enorme experiência de ensino em países como a Suíça, Itália, Bélgica, França, Áustria, Espanha, Estados Unidos. Quais são as grandes diferenças que encontra?

Há grandes contrastes, por exemplo, entre Suíça e Itália. Esta questão de os professores conhecerem a prática do projecto não se põe em Itália: 90 por cento deles nunca construíram qualquer obra. Apesar da tendência para globalização e para a homogeneização, há, de facto, diferenças substanciais. Na Suíça, as escolas são de grande qualidade e excelência, com número reduzido de alunos. Em Itália, antes do último alargamento da União Europeia, havia mais alunos de arquitectura do que em todos os outros países da Europa.

Na Suíça as turmas são pequenas, com 20 alunos no máximo, nos Estados Unidos os mestrados têm oito alunos. No projecto, o contacto tem de existir bem como condições para realizar o trabalho prático nas escolas. E, claro, se é possível juntar muitas pessoas para conferências e seminários, isso já não se verifica em relação ao ensino do projecto.

Essas comparações também são válidas para Portugal?

Verifico que o modo com o ensino está institucionalizado faz a diferença. No mundo de influência napoleónica (casos de Portugal, Itália e França), a instituição universitária é muito rígida, burocratizada e institucionalizada e a figura que a define é a carreira académica. Nos países anglo-saxónicos funciona o mérito. Nos Estados Unidos, um professor

que faz o doutoramento numa universidade está impedido de, por alguns anos, leccionar nela. A filosofia é a de que o conhecimento tem de se renovar e viajar. Talvez seja este o aspecto mais positivo da Declaração de Bolonha: os graus de progressão académica terem a ver com a aquisição de conhecimentos. A academia não pode ser uma galeria de ilustres figuras mumificadas. Há, também, a nossa estrutura cultural de relacionamento, que é de exclusão em vez de inclusão. Na Suíça há um espírito de corpo, quer dizer, as pessoas sabem complementar-se, criar patamares de entendimento e construir acordos sem abrir mão da sua personalidade.

Mas há diferenças nos países de influência napoleónica?

Estes países têm um estado centralizador, nalguns casos muito eficaz, como a França, noutros casos ineficaz, ou seja, dado à corrupção. As universidades europeias perceberam que, se não se modernizarem, perdem ainda mais para as americanas que, salvo raras excepções, dominam quase completamente o mundo universitário.

São questões que se reflectem nos alunos?

Da minha experiência na Suíça e Estados Unidos, há algo que parece muito óbvio: as melhores escolas de arquitectura são as que têm os alunos mais exigentes. Isso até transparece no tratamento pessoal. Nos Estados Unidos tratam-me pelo nome próprio e nunca por arquitecto ou professor. É um sinal de uma relação em que professor e alunos se reconhecem mutuamente o direito de estarem ali, na universidade. Nestes sítios, é um sinal de exigência. A pior coisa que me pode acontecer é ter alunos que não reagem ao que digo. Quando não reagem, há um problema cultural e uma falta de estímulo, visto que a aprendizagem é uma mistura de entusiasmo, esforço, dúvidas, dedicação e muito

trabalho. A primeira coisa que faço quando chego para leccionar um ou dois semestres é divulgar o programa e ouvir o que os alunos têm a dizer sobre ele.

Essa capacidade de dialogar valoriza a arquitectura?

Os três ingredientes para um exercício consciente e valorado da arquitectura são a investigação, o exercício da crítica e a experimentação. A experiência de ensinar, já o disse, é muito importante para a prática. As melhores escolas de arquitectura são laboratórios de arquitectura. Mas não é só uma questão de valorizar a arquitectura, é uma questão de pensar no que é mais importante.

Como assim?

O que mais importa no trabalho de arquitectura é a obra, que não deixa ninguém indiferente, que contém sempre vida. Costumo dizer que a arquitectura projecta contentores de vida. Só depois vêm o projecto e o autor. Ora, o «star system» criado pela mediatização subverte isto: primeiro vem o autor, depois o projecto e só no fim a obra, que é a única realidade que permanecerá em diálogo com os seres vivos. Há muitos arquitectos famosos que raramente ou nunca fizeram obras. E qualquer arquitecto famoso tem obras muito melhores que outras. Não vejo que a crítica separe umas das outras. Basta aparecer uma assinatura, é logo muito bom. Ora, o que é importante é a existência de grandes projectos.

R. H.



Jaime Belzeza

MANUEL AIRES MATEUS

OS ALUNOS DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DE LIUBLIANA, NA ESLOVÉNIA, TÊM UMA ÂNSIA E DISPONIBILIDADE PARA APRENDER QUE NÃO ENCONTROU EM MAIS LADO NENHUM. EM HARVARD, ESTADOS UNIDOS, HÁ TODAS AS CONDIÇÕES PARA SE TRABALHAR E OS GRANDES NOMES DA ARQUITECTURA SÃO FREQUENTES CONVIDADOS PARA CONFERÊNCIAS. E HÁ O CASO DA ACADEMIA DE ARQUITECTURA DE MENDRISIO.

Manuel Aires Mateus, 43 anos, tem duas décadas de experiência de ensino, que incluem seminários e conferências um pouco por todo o mundo. É professor das universidades Autónoma e Lusíada, em Lisboa, ensinou na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, em 2002 e 2005, esteve um semestre em Liubliana em 2004 e é professor efectivo em Mendrisio, na Suíça. Algumas destas experiências como professor são partilhadas com Francisco Aires Mateus, com o qual trabalha desde 1988. Ensina projecto com o mesmo princípio em todo o lado: «Acompanhar a lógica de cada aluno, contribuir para que ele possa descobrir a justeza dos seus objectivos e os possa melhorar». A Academia de Mendrisio, que tem cerca de vinte alunos por turma e menos de dez nas turmas finalistas, leva a palma: «É a escola ideal. Tem espaços autónomos para a construção de modelos, para aulas teóricas e práticas ou gabinetes para trabalhar». Como os responsáveis da escola gostam de dizer, tem uma cultura italiana mergulhada no rigor da organização suíça. Às condições acrescenta-se a localização. Situada no cantão de Ticino, a sul dos Alpes, está enquadrada por uma paisagem de grande beleza natural. «É uma

eco-cidade» num local «onde só há, além da escola, um hospital psiquiátrico». Mas desconfia-se que nem mesmo com Las Vegas ao pé, os alunos mudariam os hábitos. «Têm absoluta consciência do trabalho a desenvolver», diz Manuel Aires Mateus.

No caso da experiência vivida na Universidade de Liubliana, a «vontade férrea» dos alunos para trabalhar prende-se com o desejo de aproveitar ao máximo todos os contactos possíveis com professores estrangeiros. Já em Harvard, «os alunos trabalham todos no mesmo sítio físico, o que gera uma energia extraordinária, apoiada numa grande tradição que leva, por exemplo, todas as grandes figuras da arquitectura a passarem por lá». Nesse mundo «desenfreadamente competitivo, os alunos são muito seleccionados e vêm de qualquer parte do planeta. É uma competição à escala global».

Manuel Aires Mateus diz que aprendeu «a ser muito mais exigente com Peter Zumthor» e que ganhou «uma liberdade de olhar» com o arquitecto Manuel Graça Dias (de quem foi assistente). «Há um lado na nossa profissão que tende a ser muito académico, como se já tivéssemos a solução esperada para cada problema que nos é colocado. Graça Dias lembra que há um pensamento livre e um olhar libertador que deve exercer-se, a cada instante, sobre o mundo físico».

R. H.



Cristóvão

MONTRAS DE ARQUITECTURA

NOS ÚLTIMOS ANOS PORTUGAL TEM SIDO PRESENÇA FREQUENTE NOS EVENTOS INTERNACIONAIS DE ARQUITECTURA COM EXPOSIÇÕES ORGANIZADAS PARA O EFEITO, SENDO COM A PUBLICAÇÃO DE OBRAS NACIONAIS EM REVISTAS ESTRANGEIRAS OU A EDIÇÃO BILINGUE OU TRADUZIDA DE PUBLICAÇÕES NACIONAIS, OUTRA DAS FORMAS DE EXPANSÃO DA ARQUITECTURA PORTUGUESA. ESTA BREVE RETROSPECTIVA DE EXPOSIÇÕES PRETENDE RETRATAR O ESFORÇO DESENVOLVIDO NA DIVULGAÇÃO DA ARQUITECTURA PORTUGUESA.

Recuando dez anos, em 1996 a Exposição «Portugal do Mar, das Pedras, da Cidade» organizada para a XIX Exposição Internacional de Arquitectura da Trienal de Milão, apresentava 10 obras – de Macau ao Pico – organizadas por temas – junto ao mar, com as pedras e no labirinto das cidades. No ano seguinte, no âmbito da Feira do Livro de Frankfurt 97 e a convite do Deutches Architektur-Museum, foi organizada a mais vasta apresentação internacional da nossa arquitectura, «Portugal, Arquitectura do Século XX», onde se traçava o seu percurso ao longo do século passado. Duas exposições, dois modelos de apresentação que se viriam entretanto a repetir, o temático e o retrospectivo. As participações nos XXI e XXII Congressos da União Internacional dos Arquitectos, em 2002/Berlim e 2005/Istambul, por iniciativa da Ordem, caracterizaram-se por apresentar candidaturas aos Prémios UIA das quais resultaram o reconhecimento internacional de Manuel Tainha, pela relevância da sua reflexão teórica e pedagógica no âmbito da Arquitectura, e Nuno Portas, pelo contributo da sua obra teórica e prática para o Urbanismo. A outra vertente dessa participação foi a presença na Exposição Internacional, entre uma e outra edição em moldes distintos, com a instalação «Paisagens Invertidas», exibição de obras recentes em confronto com o seu entorno, e a exposição itinerante «Em busca da Arquitectura do Século XX», apresentação do Inquérito à Arquitectura do século XX em Portugal. Na 5.ª Bienal de São Paulo, em 2003, a representação de Portugal foi assegurada pela Ordem com a apresentação das «Paisagens Invertidas» e, na Mostra Oficial, teve por base o convite a Álvaro Siza que resultou na exposição «Desenho nas Cidades», reflectindo a transformação da escala urbana no país nos últimos 30 anos – posteriormente apresentada na XX Exposição Internacional de Arquitectura da Trienal de Milão, em 2004, e este ano em Nápoles. Na 6.ª Bienal, o Instituto das Artes organizou a instalação «Entrada de Emergência» e a organização convidou Gonçalo Byrne e Eduardo Souto Moura tendo estes apresentado, respectivamente, as exposições «Geografias vivas» e «22 casas». A Bienal de Veneza contou com a primeira presença oficial de Portugal em 2002, ano em que o Leão de Ouro foi atribuído a Álvaro Siza, com apresentação de uma exposição retrospectiva da obra do Arquitecto Paisagista João Nunes. Em 2004, o Instituto das Artes organizou a exposição «Metaflux», apresentando duas gerações de arquitectos, jovens e contíguas temporalmente, em diálogo com instalações de arquitectos e artistas.

Para concluir três iniciativas, distintas das atrás apresentadas mas não menos significativas: em 2000, o Instituto Camões promoveu em Brasília as III Pontes Lusófonas, espaço de reflexão e encontro de afinidades entre os Países de Língua Portuguesa, tendo como tema a Arquitectura; em 2004, na Trienal de Milão, por iniciativa do Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, foi apresentada a exposição «P» onde se dava a conhecer a Arquitectura portuguesa dos últimos 30 anos; no final de 2005, em São Paulo, a Associação Empresarial do Porto organizou «Descontinuidade», uma exposição e um ciclo de conferências cujo objectivo era a promoção da arquitectura contemporânea do norte de Portugal.

J. R.

Arquitectura do século XX em Portugal, no último Congresso da UIA em Istambul.



João Afonso



Pedrita

O objectivo primordial da selecção Habitar Portugal é a divulgação da arquitectura portuguesa, a “melhor”, segundo o Regulamento respectivo. A escolha é processada num plano regional, depois aquilatada, comparada e reequilibrada por uma instância de coordenação mais genérica.

As obras, concluídas entre 2003 e 2005, foram, assim, seleccionadas e propostas pelos diversos comissários regionais de acordo com o reconhecimento do território da(s) arquitectura(s) local e global, acrescido da avaliação das candidaturas apresentadas pelos membros. Como bases, mais abstractas, para definição dos princípios da selecção perfilaram-se, à partida, os seguintes critérios de valorização:
a) das obras que se candidataram. Dentro de um arco de razoabilidade, circunscrito ao valor real da obra candidatada, mostrar aos membros da O.A. que vale a pena concorrer.
b) de obras que representem domínios pouco apropriados pelos arquitectos, enquanto profissionais qualificados, quer pela sua natureza, quer pela circunstância social do país. Ex.: espaços públicos urbanos; loteamentos industriais; habitação corrente; propostas de desenho urbano e de ordenamento com resultados qualificados; etc.
c) do carácter público da obra. As escolhas que a O.A. se propõe divulgar têm necessariamente como pressuposto a sua visibilidade pública, ou seja, o facto de estarem, de preferência, envolvidas na vida colectiva e nos meandros da evolução civilizacional que, muito lentamente embora, se vai processando no país.
d) da diversidade de escalas de intervenção. Tentar escolher obras que possam abranger um leque tão vasto quanto possível de situações, no sentido de tornar claro que a qualidade da intervenção se pode conseguir com qualquer escala, com qualquer orçamento.
e) da diversidade programática. Tentar atingir escolhas que revelem um arco de funcionalidades tão vasto quanto possível.
f) da diversidade autoral.
g) do carácter estruturante da obra. Este é um factor a usar no sentido da preferência a obras que, para além do seu significado enquanto peça de excepção, isolada física e culturalmente, possam gerar processos de sequenciação (territorial, por exemplo), evidenciando, desse modo, o seu carácter estruturante.
Depois, vieram as escolhas por região. Veio a compatibilização destes princípios com as obras construídas e escolhidas, veio o confronto com a realidade, veio o debate interno que culminou com a escolha agora apresentada. Portugal é tudo, menos um país equilibrado, do ponto de vista regional. A arquitectura produzida nos seus territórios traduz — de modo não linear, diga-se — esses profundos desequilíbrios. Contudo, a qualidade representativa de todas as obras seleccionadas cumpre, com clareza e dignidade, o objectivo primordial da iniciativa.
JOSÉ ANTÓNIO BANDEIRINHA (COMISSÁRIO GERAL)

ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (TELMO CRUZ)

(Alcochete, Almada, Amadora, Azambuja, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira)

TEATRO AZUL (ALMADA)
Manuel Graça Dias e Egas José Vieira com Gonçalo Afonso Dias
EDIFÍCIO DE CONTROLO OPERATIVO DA BRISA (CARCARELOS, CASCAIS)
João Luís Carrilho da Graça, Flávio Barbini e Maria João Barbini
CONJUNTO HABITACIONAL DOS TERRAÇOS DE BRAGAÇA (LISBOA)
Álvaro Siza Vieira
EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO NA PARQUEEXO JUNTO À PORTA NORTE (LISBOA)
Manuel e Francisco Aires Mateus
EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO, ESCRITÓRIOS E COMÉRCIO NA PARQUEEXO NA AV. CENTRAL (LISBOA)
João Perloiro, João Luís Ferreira, Paulo Perloiro, Paulo Martins Barata e Pedro Appleton (Promontório Arquitectos)
PROGRAMA DA C.M.LISBOA DE INTERVENÇÕES TEMPORÁRIAS NA FEIRA DO LIVRO (BAR, AUDITÓRIO, ETC) (LISBOA)
Fernando Salvador e Margarida Grácio Nunes (Edições 2003 e 2004)
Marcos Cruz e Marjan Colletti (Edição 2005)
QUARTEIRÃO NO CHIADO (LISBOA)
Gonçalo Byrne
SALAS DE AULA NA FACULDADE DE MEDICINA LEGAL (LISBOA)
Nuno Brandão Costa
EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO NO LARGO DO CONDE BARÃO (LISBOA)
Eugénio Castro Caldas e Nuno Távora

JULHO 2006

AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DA LOUSA (LOUSA, LOURES)
José Barra
INSTALAÇÕES DA INAPAL PLÁSTICOS NA AUTOEUROPA (PALMELA)
Francisco Vieira de Campos (Guedes + deCampos Associados)
ERMIDA DO CRISTO DO SILÊNCIO (PALMELA)
Bernardo Pizarro Miranda
BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SINTRA (SINTRA)
Alexandre Marques Pereira
ESCOLA EBI DE SÃO JULIÃO DO TOJAL/AMPLIAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA (S. JULIÃO DO TOJAL, LOURES)
João Santa Rita e Bárbara Delgado

ÁREA METROPOLITANA DO PORTO (GONÇALO CANTO MONIZ)

(Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa do Varzim, Valongo, Vila Nova de Gaia e Vila do Conde)

CONJUNTO HABITACIONAL DA RUA DA SEARRA (MATOSINHOS)
João Álvaro Rocha
QUINTA DAS SEDAS (MATOSINHOS)
Alcino Soutinho
EDIFÍCIO MAMEDE II (MATOSINHOS)
Vitor Seabra (Mofase - Gab. de Obras e Arquitectura, Lda)
CASA CLEMENTINA LOUREIRO (MATOSINHOS)
José Gigante e João Gomes
METRO DO PORTO (ÁREA METROPOLITANA DO PORTO)
Eduardo Souto Moura
PALÁCIO DO FREIHO E ÁREA ENVOLVENTE (PORTO)
Fernando Távora e José Bernardo Távora
CENTRO REGIONAL DO SANGUE (PORTO)
Nuno e José Mateus (ARX Portugal)
FUNICULAR DOS GUINDAIS (PORTO)
Adalberto Dias
PAVILHÃO MULTIUSOS DO EXTERNATO S.JOÃO DE BRITO (PORTO)
Graça Correia Ragazzi
EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO E COMÉRCIO (PÓVOA DO VARZIM)
Jean Pierre Porcher, Margarida Oliveira, Albino Freitas (Topos, Atelier de Arquitectura)
LIPOR - CENTRAL DE VALORIZAÇÃO ORGÂNICA (VALONGO)
Carlos Prata
PLANO DA MARGINAL DE VILA DO CONDE - PÓLIS (VILA DO CONDE)
Álvaro Siza Vieira
PLANO DE PORMENOR DA AFURADA - PÓLIS (VILA NOVA DE GAIA)
Alexandre Alves Costa, Sérgio Fernandez e José Luís Gomes (Atelier 15)
CAPELA DE S. JOSÉ (OLIVEIRA DO DOURO, VILA NOVA DE GAIA)
José Fernando Gonçalves

NORTE (IVO OLIVEIRA)

(Braga, Bragança, Viana do Castelo, Vila Real e concelhos do distrito do Porto não incluídos na AMP)

ESTÁDIO MUNICIPAL DE BRAGA (BRAGA)
Eduardo Souto de Moura
IGREJA (FIGUEIREDO, BRAGA)
Paulo Providência
CASA SACERDOTAL (BRAGA)
André e António Fontes (IMAGO)
EXTERNATO CARVALHO ARÁÚJO (BRAGA)
José Manuel Carvalho Araújo
RESTAURANTE (ALDEIA DE BRUFE, TERRAS DO BOURO, BRAGA)
António Portugal e Manuel Maria Reis
PAVILHÃO MULTIUSOS (FAFE, BRAGA)
Carlos Prata
ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO (PAREDES DE COURA, VIANA DO CASTELO)
Filipa Castro Guerreiro, Tiago Freitas de Macedo Correia, Bruno Acácio Figueiredo e Susana Maria Mota Freitas (N.O. Arqtos Lda)
EDIFÍCIO VIANA-PÓLIS (VIANA DO CASTELO)
Alexandre Alves Costa, Sérgio Fernandez e José Luis Gomes (Atelier 15)
CASA (CARREÇO, VIANA DO CASTELO)
Nuno Grande e Pedro Gadanho
CONSERVATÓRIO DE MÚSICA (VILA REAL)
António Belém Lima

CENTRO (ARMANDO RABAÇA)

(Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Covilhã, Guarda, Leiria, Viseu e concelhos do distrito de Lisboa não incluídos na AML)

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE ÍLHAVO (ÍLHAVO, AVEIRO)
Nuno e José Mateus (ARX Portugal)
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO (AVEIRO)
Joaquim Oliveira
PARQUE VERDE DO MONDEGO (COIMBRA)
Camilo Cortesão, Mercês Vieira e João Nunes
RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIA DO PÓLO II DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (COIMBRA)
Carlos Martins e Elisiário Miranda
RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIA DO VALE DAS FLORES, ISEC (COIMBRA)
Gonçalo Afonso Dias
PÁTIO DA AQUISIÇÃO E CENTRO DE ARTES VISUAIS - RECONVERSÃO DA ALA POENTE DO ANTIGO COLÉGIO DAS ARTES (COIMBRA)
João Mendes Ribeiro

REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE AO MOSTEIRO DE S. MARIA (ALCOBAÇA, LEIRIA)
Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão de Campos
CENTRO DE RECURSOS DA BENEDITA (BENEDITA, LEIRIA)
Raul Hestnes Ferreira
TEATRO MUNICIPAL DA GUARDA (GUARDA)
Carlos Veloso
REMODELAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO MUSEU GRÃO VASCO (VISEU)
Eduardo Souto de Moura

SUL (JOÃO MATOS)

(Alentejo - Beja, Évora e Portalegre; Algarve - Faro; Santarém e concelhos do distrito de Setúbal não incluídos na AML)

CEMITÉRIO E CASA MORTUÁRIA DA ALDEIA DA ESTRELA (BEJA)
Pedro Pacheco
CASA EM SANTA VITÓRIA (BEJA)
Rui Mendes
CASA DUPLA (QUINTA DO EVARISTO, ÉVORA)
João Maria Trindade
CASA EM CASTRO MARIM (CASTRO MARIM, FARO)
João Pedro Falcão de Campos
BIBLIOTECA MUNICIPAL DE TAVIRA (TAVIRA, FARO)
João Luis Carrilho da Graça
11 CASAS NO ALTO DE SANTANA (TAVIRA, FARO)
Bárbara Delgado
JARDIM DE INFÂNCIA DE ALCANENA (ALCANENA, SANTARÉM)
Pedro Mendes
AUDITÓRIO MUNICIPAL DO CARTAXO (CARTAXO, SANTARÉM)
Cristina Veríssimo e Diogo Burnay
ESTÚDIO JOSÉ RELVAS (COLECÃ, SANTARÉM)
Victor Mestre e Sofia Aleixo
CENTRO DE ARTES DE SINES (SINES, SETÚBAL)
Manuel e Francisco Aires Mateus

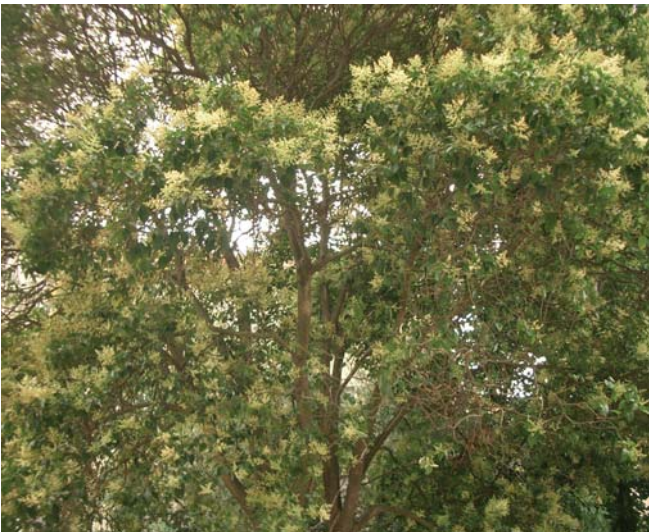
ILHAS (NELSON MOTA)

(Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira)

BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DOS AÇORES (PONTA DELGADA, SÃO MIGUEL/AÇORES)
Pedro Machado Costa e Célia Gomes (a.s* atelier de santos)
COMPLEXO TURÍSTICO "FURNAS LAKE VILLAS" (FURNAS, SÃO MIGUEL/AÇORES)
Luís Almeida e Sousa e Fernando Jorge Monteiro
APRESTOS EM RABO DE PEIXE (RABO DE PEIXE, SÃO MIGUEL/AÇORES)
Jorge Kol de Carvalho (Consultar Açores)
CENTRO DE VISITANTES DA GRUTA DAS TORRES (CRIAÇÃO VELHA, PICO/AÇORES)
Inês Vieira da Silva e Miguel Vieira (SAMI)
ERMIDA RAINHA SANTA ISABEL (ALMAGREIRA, PICO/AÇORES)
Rui Jorge Pinto
NOVO CEMITÉRIO DE SÃO ROQUE (SÃO ROQUE, PICO/AÇORES)
Teresa Teixeira e Carlos Fazenda
CASA DAS MUDAS - CENTRO DE ARTES DA CALHETA (CALHETA/MADEIRA)
Paulo David
CENTRO CÍVICO DO ESTREITO DA CALHETA (CALHETA/MADEIRA)
Freddy Ferreira César e Carla Baptista (Risco A4) com Rodrigo Cascais
EDIFÍCIO K6 (FUNCHAL/MADEIRA)
Luís Vilhena
REABILITAÇÃO DO CONVENTO DOS JESUÍTAS (FUNCHAL/MADEIRA)
Rui Matos e Vasco Marques (CMARQ)

ESTRANGEIRO (JOSÉ ANTÓNIO BANDEIRINHA)

AMPLIAÇÃO DE ESCOLA (TAMSWEG, ÁUSTRIA)
Thomas Zinterl (ZT arquitectos, Lda)
EDIFÍCIO DO GOVERNO DA PROVÍNCIA DO BRABANTE FLAMENGO (LOUVAINA, BÉLGICA)
Gonçalo Byrne
CASA VAN MIDDELEN-DUPONT (OUDENBOURG, BÉLGICA)
Álvaro Siza Vieira
PAVILHÃO 2005 DA SERPENTINE GALLERY (LONDRES, REINO UNIDO)
Álvaro Siza Vieira e Eduardo Souto de Moura
PEEPBOX (CALGARY, CANADÁ)
Patrícia Miguel e João Fôja
PRAÇA NAN VAN (MACAU, CHINA)
Manuel Vicente, Rui Leão e Carlota Bruni



João Afonso

AGENDA MAIO

ORDEM DOS ARQUITECTOS

29 JUNHO > 21 SETEMBRO

#003 REUNIÃO DE OBRA [NORTE]

INDÚSTRIA

Unidade Industrial da Inapal Plásticos, Autoeuropa, Palmela Francisco Vieira de Campos do atelier Guedes + deCampos Museu dos Transportes e Comunicações, Alfândega, Porto 3.ª a 6.ª, das 10 às 12h e das 14 às 18h

Sábado e Domingo, das 15h às 19h
Entrada Livre

Dia 8 Visita guiada à obra com o arquitecto Francisco Vieira de Campos

partida da OA-SRN às 9h, almoço em Palmela; visita guiada, 14h30; regresso ao Porto, 19h30

Inscrições: €10/pessoa

Ana Maio e Carolina Medeiros

Tel. 222 074 250

cultura@oasrn.org



Leonardo Finotti

10 > 22

EXPOSIÇÃO EM BUSCA DA ARQUITECTURA DO SÉC. XX EM PORTUGAL

Dia 10 Inauguração da Exposição (20h) + Apresentação
Orador: José António Bandeirinha (Coordenador da Equipa da Região Centro do IAPXX)

Casa de Arines (Instituto Camões), Praça Tenente Almeida, Vigo Segunda a sexta, das 10h30 às 14h e das 15h30 às 19h

Sábado e domingo, encerrado

www.ordemdosarquitectos.pt



Joana Morais



Sónia Pinto

11

APRESENTAÇÃO DE TESES :ENCANTOS 2 ESPAÇOS PÚBLICOS NA RECONFIGURAÇÃO FÍSICA E SOCIAL DA CIDADE

Tese de doutoramento do geógrafo Jorge Gonçalves Auditório da sede nacional, Lisboa, 19h

www.oasrs.org

22

CICLO DE VISITAS BAIXA DEPOIS DA BAIXA 250 ANOS APÓS O TERRAMOTO DE LISBOA

| RE | HABITAR A BAIXA POMBALINA HOJE

ESPAÇOS DE RESIDÊNCIA REABILITADOS DE MANUEL AIRES MATEUS, PEDRO GADANHO, PEDRO REIS (PROJECTOS DOS PRÓPRIOS), LEONOR ANTUNES E SÉRGIO TABORDA (PROJECTO DE RICARDO CARVALHO E JOANA VILHENA)
Visita guiada por Nuno Grande, arquitecto, docente do departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra

10h

Café Martinho da Arcada Inscrições e formas de pagamento:

Os interessados deverão pré-inscrever-se a partir do dia 1 do mês correspondente. Depois deverão confirmar a inscrição que custa €10 por pessoa (IVA incluído) e pode ser feita até ao dia 17 de cada mês:

- na secretaria da Secção Regional do Sul, de segunda a sexta-feira, entre as 10 e as 19h
- por cheque ou por transferência bancária (NIB 0007.0023.0046637.0007.06), enviando o(s) nome(s) da(s) inscrição(ões) e o comprovativo de pagamento com a seguinte referência:

Baixa depois da Baixa Ciclo de visitas guiadas Travessa do Carvalho, 21-25 1249-003 Lisboa

Nota importante: Pode enviar o comprovativo da transferência bancária por fax ou por e-mail. Não são aceites pagamentos no local e o pagamento efectuado para uma determinada visita, em caso de não comparecimento do inscrito, não transita para a próxima.

secretaria2@oasrs.org

Tel. 213 241 140/5

Fax 213 241 169

29 > 19 AGOSTO

EXPOSIÇÃO EM BUSCA DA ARQUITECTURA DO SÉC. XX EM PORTUGAL

Dia 29 Inauguração da Exposição (20h) + Apresentação
Orador: Sergio Fernandez (Coordenador da Equipa da Região Norte do IAPXX)
Sala de Exposições, Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia, Casa da Conga, Praza da Quintana 3, Santiago de Compostela Segunda a sexta, das 11h30 às 13h30 e das 19h às 21h
Sábado e domingo, encerrado
www.ordemdosarquitectos.pt

APOIO DIVULGAÇÃO

10 > 14

LA RECUPERACIÓN DEL PATRIMONIO ARQUITECTÓNICO: ACTITUDES, TÉCNICAS DE INTERVENCIÓN Y ACTUACIONES

Universidad de Verano Rafael Altamira, Alicante, España
Inscrição - 90 euros
Unidades de Crédito: 3

Raquel Huete

Tel. 0034 965 90 98 21

Fax 0034 965 90 38 39

univerano@ua.es

www.univerano.ua.es/es/curso.asp?id=40

12 > 13

ENVENT - ENCONTRO NACIONAL DE VENTILAÇÃO

Hotel Solverde, Espinho A Ventilação (geral e local) é essencial, não só à manutenção do conforto, eficiência, saúde e segurança de todos mas também à conservação de materiais e equipamentos.

www.cenertec.pt/enacionais.php

11 > 12 AGOSTO

III CONGRESO INTERNACIONAL ARQUITECTURA EN TIERRA

Cuenca de Campos, Valladolid, Espanha
tierra@arq.uva.es

25 > 29 SETEMBRO

SEMINÁRIO INTERNACIONAL FUSION ARCHITECTURE: MACAU, A LEARNING EXPERIENCE

Macau Room, World Trade Centre Club, Macau
Uma proposta do grupo de trabalho da UIA «Espaços educativos e culturais» que reúne, em seminário aberto à participação dos interessados, para discutir a arquitectura de «fusão». O debate é centrado nos equipamentos educativos e culturais nas cidades históricas

numa perspectiva da sustentabilidade, da diversidade cultural e identidade. Foram previstas visitas na cidade e nas suas zonas de expansão.
Inscrição obrigatória - US\$100, com 10% desconto quando realizada até 31 de Julho.

Nuno Maria Roque Jorge

OFAP, Avenida do Coronel Mesquita 2H,

Macau, Macau (S.A.R.) (S.E. Asia)

Fax 00 853 550 224

ofap@macau.ctm.net /

njorgers@macau.ctm.net

notina@central.tee.gr

19 > 22 ABRIL 2007

VI CONGRESSO DOCOMOMO IBÉRICO

RENOVARSE O MORIR? EXPERIÊNCIAS, APUESTAS Y PARADOJAS DE LA INTERVENCIÓN EN LA ARQUITECTURA MM

Palacio de Congresos, Cadiz, Espanha

«A nossa sociedade parece estar a despertar lentamente a consciência patrimonial, a partir de uma atitude contemporânea de alargamento da sensibilidade, em busca, como o vínhamos reclamando desde há algum tempo, de um lugar para os velhos modernos no património. Um lugar situado dentro dos densos registos institucionais que têm como objectivo "proteger" a arquitectura em função da sua valorização cultural.»

As inscrições abrem em Setembro e têm o valor de €150 (estudantes: 60) até 31 de Setembro. A partir de 1 de Outubro, €200 (€80).

www.arquitectosdecadiz.com/docomomo

/DocumentoMoMo%20para%20WEB.pdf

V BIENAL IBEROAMERICANA DE ARQUITECTURA E URBANISMO

NOVO PRAZO DE ENTREGA DE TRABALHOS

O prazo de entrega em Portugal dos trabalhos (Obras de Arquitectura, Publicaciones y Projectos de Investigación) para a Bienal foi prolongado até 21 de julho, sexta-feira.

As 20 obras portuguesas a candidatar, entre as quais 5 projectadas por arquitectos com menos de 40 anos, finalizadas entre 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2005, serão seleccionadas por uma Comissão de Seleção presidida pelo delegado português, arquitecto João Belo Rodeia. Todas as candidaturas deverão ser enviadas para a Sede Nacional da Ordem, apresentadas de acordo com a documentação disponível na Sede Nacional (Fátima Marques) e na web da Ordem dos Arquitectos.

bienal.iberamericana@vivienda.es

www.bienaliberamericana.dearquitectura.org

HORÁRIO DE VERÃO A + A

Entre 3 de Julho e 15 de Setembro, o horário de abertura da Livraria A+A é das 13 às 18 horas, período do dia que parece mais adequado em função da experiência de anos anteriores.

Tel. 213 421 927

PLATAFORMA ARTIGO 65

HABITAÇÃO PARA TOD@S

No final de Março foi constituída uma Plataforma pelo Direito à Habitação, que adopta o nome do número do artigo da Constituição que consagra aquele direito. A Ordem dos Arquitectos integra, com um conjunto de organizações, a Plataforma artigo 65 - Habitação para tod@s que exige a definição de uma política pública da habitação pelo Governo e a promoção de medidas de emergência para fazer frente a carências gritantes de habitação pelos poderes locais.

A Plataforma artigo 65 - Habitação para tod@s lançou o apelo que se transcreve; "a todas as organizações e pessoas de boa vontade no sentido de obter a sua solidariedade e cooperação, nomeadamente nas seguintes áreas:

■ Apoio técnico às comissões de moradores e associações na negociação para a resolução de problemas com autarquias locais

■ Apoio jurídico às famílias e associações de moradores ameaçadas de exclusão da habitação

■ Apoio técnico para o levantamento do parque habitacional devoluto, designadamente de propriedade pública, que deve ser disponibilizado de imediato."

Subscritores da Plataforma artigo 65 - Habitação para tod@s

Associação Cultural da Quinta da Serra

Associação Renovar Lisboa

Bairro Fim do Mundo

Comissão de Direitos nHumanos da

Ordem dos Advogados

Comissão Justiça e Paz

Comissão de Moradores do Bairro

das Marianas

Lisboa Abandonada

Ordem dos Arquitectos

Quinta da Caiada

Solidariedade Imigrante - Direito à

habitação

SOS Racismo

MANUAL DE EDUCAÇÃO EM PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

Consciente que a sensibilização das novas gerações é uma das formas mais eficazes de criar uma atitude favorável à preservação do património, o GECORPA editou esta obra a pensar nos mais novos. Constituído por 10 fichas de texto e jogos educativos, o Manual está redigido numa linguagem simples, objectiva e adequada às crianças, procurando estimular a sua sensibilidade, levando-os a reconhecer, apreciar, e defender o património arquitectónico. O GECORPA congrega empresas e os profissionais envolvidos na conservação do património arquitectónico, estimulando a sua contribuição para uma adequada salvaguarda.

Autores: Vítor Córias, Catarina Valença Gonçalves (texto); João Carlos Farinha, Marcos Oliveira (ilustrações)

Edição GECORPA

PVP €10.00

ISBN 972-99758-1-7

PORTUGAL NA BIENAL DE VENEZA

A 10ª edição da Bienal de Arquitectura de Veneza, comissariada por Richard Burdett, é dedicada ao tema "Cidades, Arquitectura e Sociedade" e decorre de 10 de Setembro a 19 de Novembro apresentando representações de mais de 50 países, entre eles Portugal.

Para a representação oficial portuguesa da Bienal, organizada pelo Instituto das Artes e comissariada pela arquitecta paisagista Cláudia Taborda, os arquitectos Pancho Guedes e Ricardo Jacinto criaram uma instalação para os Giardini da Biennale, uma proposta de intervenção como hipótese da experiência e da concepção do espaço de habitar em alusão à cidade. Simultaneamente, será também apresentada em Veneza a exposição "Habitar Portugal 2003-2005".

Integrada na Representação Portuguesa enquanto mostra colateral, será realizada na *Fondaco Marcello*. Partindo do conjunto das 76 obras seleccionadas pelo comissariado, o Comissário-Geral do Habitar Portugal 2003-2005, José António Bandeirinha, foi convidado a escolher um lote de obras que considerasse caracterizadora desse conjunto e da Arquitectura portuguesa deste período; a exposição a apresentar em Veneza é por isso uma selecção para apresentação internacional, com 17 obras e projecto de instalação dos arquitectos José Pedro Sousa e Marta Malé-Alemaný.

Obras a apresentar:

- Requalificação da Zona Envolvente ao Mosteiro de S. Maria
- Teatro Azul
- Metro do Porto
- Cemitério e Casa Mortuária da Aldeia da Estrela
- Estádio Municipal de Braga
- Igreja em Figueiredo
- Casa das Mudanças - Centro de Artes da Calheta
- Parque Verde do Mondego
- Pátio da Inquisição e Centro de Artes Visuais
- Terraços de Bragança
- Palácio do Freixo e Área Envolvente
- Restaurante na Aldeia de Brufe
- Plano da Marginal de Vila do Conde
- Conservatório de Música
- Sede do Governo da Província do Brabant Flamengo
- Pavilhão Serpentine Gallery 2005
- Praça Nan Van

www.labiennale.org

EXEMPLAR IAPXX APRESENTADO COMO UM EXEMPLO DE «BOA PRÁTICA» NA GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE UM PROJECTO FINANCIADO PELO INTERREG.

O seminário, que reuniu em Lisboa, a 23 de Junho, diversos responsáveis por projectos de âmbito ibérico enquadrados pelos programas Cultura 2000 e Interreg, foi oportunidade para apresentação de projectos em vários domínios. O Eng. João Paulo Saraiva, director geral dos serviços nacionais da Ordem e gestor do projecto IAPXX, expôs os princípios gerais de uma gestão que permitiu, nos tempos contratados, disponibilizar conteúdos organizados para t@dos na internet.

II CONGRESSO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES ALMADA, 9 > 11 NOVEMBRO 2006 NOVOS TERRITÓRIOS DA ARQUITECTURA

O ENQUADRAMENTO DO DEBATE

Um cenário de transformações no perfil da classe dos arquitectos, que o «estudo sobre o exercício em Portugal – Profissão: Arquitecto», lançado em Abril último, irá detalhar; de mudança do mercado de trabalho, inerente à crise latente no sector da construção em contradição com a especulação imobiliária, e de mudança do carácter das responsabilidades profissionais, tanto pela alteração do quadro legislativo, em matérias que vão da sustentabilidade à mobilidade, como pela exigência de qualificação profissional.

OS DESAFIOS A DEBATER

O Congresso é o palco para equacionar e debater os novos desafios que são colocados por este quadro: o planeamento, a responsabilidade, a sustentabilidade, a cidadania, o conhecimento e a organização profissional dos arquitectos portugueses.

AS SESSÕES DE TRABALHO

- Responsabilidade e Conhecimento
- Sustentabilidade e Cidadania
- Mercado e Território
- Concorrência e ética

COMO PARTICIPAR

A participação no Congresso é restrita aos inscritos e aos convidados, que apresentam comunicações, recomendações e moções, assistem e intervêm nas sessões de trabalho e de votação de deliberações.

Para inscrever-se deverá preencher e enviar à Ordem a ficha de inscrição prevista para o efeito e liquidar a respectiva taxa.

COMUNICAÇÕES, RECOMENDAÇÕES E MOÇÕES – ATÉ 1 DE OUTUBRO

Para serem consideradas deverão ser enviadas (em forma resumida ou final) até ao próximo dia 1 de Outubro.

COMUNICAÇÃO

Pode ter um carácter científico, artístico, técnico ou cultural. O tema e o painel em que se enquadra deverão ser indicados na ficha de inscrição. O resumo, a apresentar até 1 de Outubro, terá a extensão máxima de 1.000 caracteres.

RECOMENDAÇÃO

Trata-se de uma proposta que visa uma acção ou linha de orientação sectorial. O texto integral, a apresentar até 1 de Outubro, terá a extensão máxima de 2.500 caracteres.

MOÇÃO DE ORIENTAÇÃO

Uma proposta estratégica para a promoção da Arquitectura e para a orientação geral da actividade da Ordem. Deve ser apresentada por um mínimo de 20 membros efectivos ou honorários da Ordem, no pleno exercício dos seus direitos. Ao texto integral, a apresentar até 1 de Outubro, deverão ser juntas as assinaturas (devidamente identificadas por nome e número) dos membros que a subscrevem e a indicação do subscritor que a representa no Congresso.

O WORKSHOP*

A Ordem e a Câmara Municipal de Almada propõe-se organizar um workshop aberto a arquitectos e estudantes de arquitectura com o objectivo de dar resposta a um problema prático levantado pelo município, nos dias que antecedem o Congresso. As equipas, constituídas por profissionais e estudantes, discutem com responsáveis e técnicos locais, sob orientação de monitores e peritos convidados, novos-velhos problemas urbanos e da arquitectura (por exemplo; turismo, acessibilidades, centralidades, áreas urbanas de génese ilegal). Os resultados do workshop são apresentados no Congresso.

AS CONFERÊNCIAS TÉCNICAS*

Em paralelo às sessões de trabalho irão decorrer conferências técnicas em que os participantes no Congresso se poderão inscrever, à semelhança das «terças técnicas».

** Estas realizações estão dependentes de um número mínimo de inscrições.*

A COMISSÃO ORGANIZADORA

Cristina Salvador, Helena Roseta, João Afonso, João Belo Rodeia, José Romano, Leonor Cintra Gomes, Luís Vilhena, Pedro Homem de Gouveia, Rogério Gonçalves e Teresa Cáliz

O PROGRAMA

9 NOVEMBRO (QUINTA-FEIRA)

FÓRUM ROMEU CORREIA

10h Abertura do secretariado

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA, TEATRO AZUL

15h Cerimónia de Abertura

16h Resultados do estudo sobre o exercício em Portugal - «Profissão: Arquitecto»

17h Apresentação das Moções

18h Conferência

10 NOVEMBRO (SEXTA-FEIRA)

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA, TEATRO AZUL

09h30 Conferência

FÓRUM ROMEU CORREIA

11h30 Sessões de Trabalho

13h Intervalo para almoço

15h Sessões de Trabalho

17h Coffee-break

17h30 Apresentação dos resultados do workshop

CONVENTO DOS CAPUCHOS

20h Jantar convívio

11 NOVEMBRO (SÁBADO)

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA, TEATRO AZUL

09h30 Conferência

11h Sessões de Trabalho

Debate

13h Intervalo para almoço

ACADEMIA ALMADENSE

15h Moção Final

17h Votações

Assembleia Geral

17h30 Sessão de Encerramento

A ficha de inscrição é publicada na próxima edição do boletim (Agosto).

Consulte as actualizações do programa em www.ordemdosarquitectos.pt